



9102051



08011.000046/2017-68



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	02/07/2019	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
2.	Luiz Pontel de Souza	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO/SE
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA/SE
6.	Rodrigo Lange	DTIC/SE
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Dárcio M. Rocha	AFEPAR
9.	Vladimir Passos de Freitas	AEAL
10.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
11.	Luciano Benetti Timm	SENACON
12.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
13.	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	SENASP
14.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
15.	Maurício Leite Valeixo	PF
16.	Adriano Marques Furtado	PRF
17.	Alexandre Barreto de Souza	CADE
18.	Neide Alves dias de Sordi	AN
19.	Fernando Mello	FUNAI
20.	David de Lima Freitas	SPO
21.	Diego Mantovanel do Monte	DEPEN
22.	Alfredo José de Souza Junqueira	PF
23.	José Lopes Hott Jr.	PRF
24.	Mariana Rodrigues Carrijo	AN
25.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE/SPO/SE
26.	Juliana Coelho Antero	CGGE/SPO/SE
27.	Aline Rosa Roriz	CGGE/SPO/SE
28.	Fabiano Brandão	CGGE
29.	Washington dos Santos	DEPEN
30.	André Furquim	SENAJUS

31.	Caroline Muniz	ASINT
32.	Julietta Verlum	ASSES/GM
33.	Jorge Santa Ritta	SENAJUS
34.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
35.	Zaira Spohr	SPO
36.	Eduardo Bonfim	SE
37.	Flávia Rutyna Heidemann	GM
38.	Luis Alexandre Futuro	GM
39.	Victor da Silva Ferreira	SPO
40.	Rian Gomes Corrêa	SPO
41.	Luis Laviano	CGESP
42.	Filipe Galhenó	DEPEN
43.	Giselly Siqueira	ASCOM
44.	João Bosco Teixeira	CONJUR
45.	Diogo Sorono	SENAD
46.	Sérgio Rodrigues da Silva	SPO
47.	Erich Adam Moreira Lima	PF
48.	Leonardo Bueno de Melo	DTIC/SE
49.	Helvio Peixoto	DTIC/SE
50.	Moises Paes Landim	OUV
51.	Raphael Beggio de Luca	PF
52.	Rafael Henrique Cerqueira	SE
53.	Marcelo Moreno	SENASP
54.	Maria das Graças G. Almeida	SENACON
55.	David Alisson da Silva Menezes	SENASP
56.	Omar Gabriel Haj Mussi	PF
<b>PAUTA:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura;</li> <li>2. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e de indicadores até junho/2019;</li> <li>3. Gestão de Riscos e de Integridade;</li> <li>4. Informes SPO;</li> <li>5. Aprovação da revisão 2019 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2017-2019;</li> <li>6. Informes SE;</li> <li>7. Encaminhamentos e encerramento.</li> </ol>	

### DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, presidiu a abertura da reunião com exposição da pauta aos presentes, enfatizando, posteriormente, preocupação da Secretaria-Executiva, unidade responsável pela gestão orçamentária, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, referente aos contingenciamentos de recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em decorrência das dificuldades orçamentárias do Governo Federal com a arrecadação abaixo do previsto. Tratativas vêm sendo realizadas junto ao Ministério da Economia para o descontingenciamento, dentro do possível, do orçamento do MJSP, bem como de recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública, principalmente com vistas à manutenção da operabilidade da Força Nacional e da Polícia Federal. Reforçou, assim, como em reuniões anteriores do Comitê de Governança Estratégica, a necessidade de as unidades utilizem os recursos disponíveis com cautela e parcimônia.
2. Dando continuidade à pauta, no que diz respeito ao monitoramento do planejamento estratégico, passou a palavra ao Sr. Washington Clark dos Santos, Diretor de Inteligência Penitenciária do

Departamento Penitenciário Nacional, para apresentação do projeto “Rede Nacional de Inteligência Penitenciária”, o qual tem o objetivo de integrar todos os órgãos de inteligência penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando uma estrutura ampla, configurada para a cooperação ágil e oportuno compartilhamento de informações, ampliando e melhor qualificando a atividade de Inteligência Penitenciária. No âmbito de sua execução, mencionou a realização do Encontro Nacional dos Chefes de Inteligência, ocorrido entre os dias 18 e 19 de fevereiro, contando com a presença das agências de praticamente todos os Estados, ocasião em que foi abordado o projeto em pauta, a fim de possibilitar a integração dos diversos sistemas de cadastramento de presos, visitantes e advogados nos Estados em um sistema único de inteligência. A ferramenta já está em desenvolvimento, com previsão ainda para o início de julho, a ser apresentada e disponibilizada para as agências estaduais. Salientou, ainda, sobre a disponibilização da plataforma Cronos para todas as unidades do DEPEN, permitindo assim o tráfego seguro de documentos de inteligência, seguida de treinamento em parceria com a SEOPI para repassar a referida plataforma às unidades de inteligência estaduais. O cronograma do projeto está 52% concluído, com situação satisfatória. Acerca do indicador “Implantação do Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN”, com 8% de atingimento da meta, explicitou sobre o desafio para adesão dos Estados ao SISDEPEN, uma vez que estes já possuem suas próprias ferramentas de gestão. Até o final do exercício de 2019, as informações referentes ao ciclo de 2018 estarão devidamente atualizadas no sistema.

3. Em complementação, o Secretário- Executivo informou acerca de oficina realizada no CNJ com a presença de juízes, membros do Ministério Público e servidores para apresentação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, a partir de recurso repassado pelo FUNPEN, ressaltando a possível integração entre o sistema e o SISDEPEN.

4. Em seguida o Sr. Maurício Leite Valeixo, Diretor-Geral da Polícia Federal, passou a palavra ao Corregedor-Geral, Sr. Omar Gabriel Haj Mussi, para tratar sobre o projeto “ePol – Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária”, que consiste no desenvolvimento e implantação de sistema de inquérito eletrônico de âmbito nacional que esteja apto a se integrar com os sistemas do Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos parceiros. A Polícia Federal conta hoje com o Sistema Cartório – SISCART para organizar, armazenar e sistematizar as rotinas dos inquéritos policiais. Com mais de 100 bases independentes do sistema e a necessidade de maior racionalização do trabalho, identificou-se a necessidade de um banco de dados únicos, o ePol. Com interface limpa e amigável, caracteriza-se pela centralização de dados, de todos os inquéritos da Polícia Federal e numeração única, integrando com os demais sistemas. Além de maior acessibilidade aos servidores da área, contribui para o aprendizado de novos membros, bem como tarefas estruturadas dentro do próprio sistema. Mencionou ainda sobre o módulo “Depósito” em desenvolvimento para padronização dos itens apreendidos para a gestão e integração efetiva, abordando a parceria junto com a SENAD e com a SENASP. O cronograma do projeto está com 49% de execução, considerado satisfatório. Referente ao indicador “Quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal”, com um total de 115 até o mês de maio, conforme painel de monitoramento, foi estipulada meta de 577 operações até o final do exercício, sendo possivelmente atingida para o período, uma vez que 560 operações se encontram em andamento. Destacou o crescimento constante de cerca de 15% em comparação com anos anteriores.

5. Retornando à situação do projeto ePol e suas funcionalidades, o Secretário-Executivo pontuou que o sistema permite auditorias com garantia de controles mais rigorosos, principalmente com relação a eventuais vazamentos de informações. Colocou que o sistema facilita ainda a atuação de controle externo, por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário com o acesso seguro e correto dos dados. Aproveitou o ensejo para questionar ao Sr. Omar se os documentos de corregedoria estariam incluídos no sistema ePol, bem como sobre os inquéritos policiais de expulsão para formalização de tais atos.

6. Em resposta, o Sr. Omar esclareceu que, inicialmente, era prevista a tramitação de procedimentos de corregedoria pelo referido sistema. No entanto, foi identificada a necessidade de se priorizar efetivamente o módulo de polícia judiciária. Registrou, porém, que se encontra em andamento um projeto piloto na Corregedoria-Geral, especificamente na Coordenação de Disciplina, para transferir ao SEI os procedimentos disciplinares feitos em meio físico. De igual modo, entendeu-se inadequado o

desenvolvimento de módulo para inquéritos de expulsão, sendo recomendada à Diretoria-Executiva que tais inquéritos fossem tramitados no âmbito do SEI.

7. Sobre o assunto, o Sr. André Furquim, Diretor do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, considerou relevantes os esclarecimentos da Polícia Federal sobre a perspectiva de tramitação dos inquéritos policial de expulsão via SEI, uma vez que possibilita a discussão do desenvolvimento de um sistema dedicado à temática, em parceria entre o MJSP e o Ministério da Economia, nos moldes como vem sendo desenvolvido para o processo de naturalização, na estratégia de serviços federais digitais. Dessa forma, não haveria sobrecarga do ePol, mas permitiria a tramitação de inquéritos de expulsão por um sistema novo que não fosse o SEI, devido às suas restrições e limitações. Tratativas serão necessárias junto às áreas envolvidas para verificar a possibilidade de tal desenvolvimento.

8. Contribuindo para discussão acerca da temática de compartilhamento de base de dados, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Guilherme Cals Theophilo, trouxe a relevância da articulação do MJSP com o Ministério da Infraestrutura para o fornecimento de dados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Aproveitando o ensejo, o Sr. Washington Bonini, Secretário-Executivo Adjunto, pontuou já ser de conhecimento a situação pela Secretaria-Executiva do MJSP, e que tem sido tratada junto aos Ministérios da Economia e da Integração para a resolução definitiva do problema de acesso aos dados, afetando diversos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

9. Prosseguindo, o Sr. Adriano Marcos Furtado, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, apresentou a situação do projeto “Alerta Brasil 3.0” e do indicador “Taxa de mortalidade em rodovias federais”. Com relação ao projeto, versou que se trata de uma solução que visa integrar informações de monitoramento eletrônico de veículos, pessoas e demais dados pertinentes, para entes federativos e outras instituições de interesse, evitando dessa forma duplicidade de investimentos no âmbito do Ministério para mesmos fins. Atualmente, o projeto apresenta 56% de execução, situação satisfatória. Com relação à implantação de 273 pontos até o dia 30 de abril, esta encontra-se atrasada devido a interveniências de órgãos de engenharia e concessionárias, embora contratualmente a situação esteja resolvida. Contextualizou, ainda, sobre a expansão de pontos estratégicos de monitoramento da Polícia Rodoviária Federal e de parceiros quando comparados com o quantitativo das versões anteriores do projeto (1.0 e 2.0). Reforçou o registro de mais de 1 trilhão de registros de fluxo de veículos nos bancos de dados, ajudando na questão de segurança viária e de enfrentamento à criminalidade, bem como informações sobre apreensões de veículos, drogas, armas e munições. Já com relação ao resultado do indicador, observou-se, até o mês de maio de 2019, 20,03%. A meta da taxa de mortalidade foi definida com base na meta adotada pela ONU (Reduzir as mortes em 50% em 10 anos: 2011 a 2020).

10. Dando sequência à pauta, o Assessor Especial de Controle interno, Sr. Cláudio Py, fez considerações acerca da Gestão de Riscos e o Programa de Integridade do MJSP. Antes, informou sobre a nova solução do TCU para aprimorar a comunicação com as unidades jurisdicionadas, o Sistema Conecta. A proposta é organizar e centralizar o conteúdo dirigido a gestores de órgãos e entidades, visualizando em um único lugar todos os processos, acordãos, determinações e recomendações recebidas do Tribunal, de forma contextualizada e consolidada. Para tanto, a Assessoria Especial de Controle Interno entrará em contato com a PF, a PRF, o CADE e a FUNAI para tratativas internas de como prestar as informações solicitadas pelo Tribunal. Posteriormente, tratou sobre o resultado da pesquisa sobre valores institucionais, contando com mais de 1100 participações dos servidores. Na referida pesquisa foram apresentados 20 valores que foram pontuados pelos servidores levando em consideração seu grau de importância, sendo selecionados 10 valores (os 5 mais votados – integridade, ética, defesa do interesse público, respeito, legalidade – e os outros 5 escolhidos pela alta administração). Com relação ao Programa de Integridade, foi apresentado no âmbito da Comissão Executiva do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública – CEPI o monitoramento das medidas de tratamento de risco, iniciadas em quase sua totalidade, com solicitação à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal e ao Departamento Penitenciário Nacional para atualizarem a situação das medidas mitigadoras de riscos. Foi iniciada também a 3ª Fase do Programa de Integridade, envolvendo todas as unidades, a partir de envio de formulário com questionamentos específico (via processo SEI) para identificação dos eventos de risco de cada uma das áreas e nivelar a metodologia. Ficou estabelecido o

prazo para retorno das respostas até o dia 19 de julho. Atualmente, os projetos pilotos de gestão de risco estão em andamento na SENAJUS, na SENACON e ainda no projeto estratégico de Inteligência Analítica (Big Data). As unidades previstas para o mês de julho são: SENASP, DEPEN, Arquivo Nacional e SEOPI. Por fim, informou da futura disponibilização e lançamento do Sistema de Risco – Agir, ferramenta em apoio à gestão de risco e integridade.

11. Aproveitando a presença dos titulares, o Secretário-Executivo, antes de dar seguimento à pauta da reunião, versou sobre a participação da Fundação Nacional do Índio na reunião, como convidado e sem direito a voto, até que sejam completamente decididas, pelo STF, as ações diretas de inconstitucionalidade que tratam da transferência de suas competências.

12. Em seguida a Sra. Christiane Maranhão, Subsecretária de Planejamento e Orçamento, apresentou o relatório resumido de execuções orçamentárias, indicando as unidades com execução superior a 60%, sendo elas: CGL, PRF, CGGP, CADE, PF e Arquivo Nacional. As demais unidades tiveram execução inferior a 60%, destacando aquelas com maiores valores a empenharem: i) FNSP: R\$ 277 milhões que, devido a Lei nº 13.756/2018, 50% do orçamento deve ser repassado para Estados por fundo a fundo; ii) PRF: R\$ 124 milhões; iii) PF: R\$ 106 milhões; iv) SENASP: R\$ 86 milhões; e, v) FDD: R\$ 243 milhões. Em decorrência do cenário de restrição orçamentária, atentou para o fato de a execução ser levada em consideração para novos pleitos de créditos suplementares ou de ampliação de limite de empenho, prejudicando negociações caso haja valores consideráveis a serem empenhados.

13. Referente ao planejamento estratégico, trouxe a informação de que, conforme estabelecido no § 1º do Art. 2º da Portaria nº 86/2019, o prazo para elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 deveria ter sido aprovado até 30 de junho. Devido ao trabalho de repactuação do planejamento estratégico realizado no início do ano de 2019, tornou-se inviável o cumprimento do prazo em questão. Neste sentido, foi proposto pelo Gabinete do Ministro e pela Secretaria-Executiva a prorrogação do prazo para 31 de dezembro a ser deliberado na ocasião. Não havendo objeção, o Comitê de Governança Estratégica aprovou a data de 31 de dezembro de 2019 como prazo final para publicação do Planejamento Estratégico 2020-2023. Apresentou, ainda, o cronograma para elaboração do novo planejamento estratégico, o qual já se encontra em andamento, atualmente com a análise de contexto, por meio de pesquisa SWOT junto aos servidores.

14. Com relação à Carteira de Políticas Públicas, a Subsecretária de Planejamento e Orçamento informou se tratar de objeto de trabalho e de validação no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, com aproximadamente 100 servidores e reuniões com as respectivas unidades, com o objetivo de melhorar a alocação de recursos públicos, a qualidade de gastos e a cultura de transparência. Explicou ainda que, em sua construção, buscou-se o alinhamento com a cadeia de valor, o planejamento estratégico, a cartilha de emendas parlamentares, o PPA e a Lei Orçamentária Anual. Além disso, o trabalho de elaboração da carteira resultou em aprimoramento das ações orçamentárias e dos planos orçamentários, considerado grande benefício para a obtenção de informações sobre a execução das políticas públicas no âmbito do MJSP. O Secretário-Executivo reforçou que todas as políticas elencadas foram exaustivamente discutidas e previamente validadas com todas as áreas técnicas envolvidas. Considerando que o documento foi disponibilizado anteriormente à reunião aos membros do CGE, foi aberta a possibilidade de manifestações dos dirigentes. Em não havendo manifestações até o dia 09 de julho, a Carteira de Políticas Públicas será considerada aprovada. Em caso de alterações, a Secretaria-Executiva e Gabinete do Ministro farão as devidas análises e deliberações necessárias.

15. No que diz respeito aos informes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Sr. Rodrigo Lange, dirigente responsável pela referida unidade, tratou sobre a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2017-2019, documento obrigatório estabelecido pelo Ministério da Economia, que tem como objetivo prever todas as demandas de TI no plano diretor para que sejam executadas. A revisão do documento foi iniciada em 29 de janeiro de 2019 com a participação das áreas (finalísticas e meio) do MJSP, sendo consolidadas 752 demandas de TI que constavam no plano. Foram ainda realizadas vinculações com os projetos estratégicos em que, do universo de 54 projetos, 40 deles possuem demandas de TI, dos quais 9 foram selecionados para iniciarem, levando em consideração tanto a capacidade operacional limitada da área de TIC quanto o

grau de maturidade mais alto dos projetos. O documento foi tratado e aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, e submetido à deliberação no âmbito do CGE, disponibilizado previamente aos seus membros. De igual modo, foi submetida à aprovação proposta de revisão de atendimento das atuais demandas de TI, a fim de serem previstas revisões e análises quanto a manutenção de sistemas atualmente em desenvolvimento, principalmente nos casos daqueles que se estendem por anos devido a inclusão de novos requisitos a cada entrega realizada, resultando em projetos infundáveis. Para ambas deliberações, foi estipulado o prazo até dia 09 de julho para manifestações e, em não havendo, serão consideradas validadas.

16. Logo após, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, procedeu com a deliberação da Cadeia de Valor, documento essencial e integrante do Planejamento Estratégico do MJSP. De acordo com o art. 4º da Portaria nº 521/2019, ficou estabelecido o prazo de sessenta dias para a revisão do referido documento. Assim, fruto de discussões com as unidades e manifestações por meio do processo SEI nº 08011.000142/2019-78, a Cadeia de Valor foi submetida ao Comitê de Governança Estratégica, sendo esta aprovada sem ressalvas.

17. Por fim, a Subsecretária de Planejamento e Orçamento frisou sobre a possibilidade de tópicos serem incluídos nas pautas para as reuniões mensais do CGE, a partir de encaminhamentos prévios pelas unidades à SPO. Acerca dos informes sobre o planejamento estratégico, informou sobre o processo SEI nº 08011.000168/2019-16, para a coleta de indicadores e atualização do andamento dos projetos estratégicos, a serem realizados nos devidos sistemas até o dia 10 de julho. Mencionou ainda as unidades responsáveis pela apresentação de projetos e indicadores da próxima reunião serão a AECL, a SE e o CADE.

18. O Secretário-Executivo finalizou a reunião destacando que as próximas reuniões do CGE, até o final do exercício, já foram agendadas para que as unidades possam organizar suas agendas com antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO ANTERO, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão**, em 11/07/2019, às 11:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 11/07/2019, às 11:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Administrador(a)**, em 11/07/2019, às 11:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CLAUDIO LAVIANO, Coordenador(a)-Geral de Estratégia em Segurança Pública**, em 11/07/2019, às 13:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Rutyna Heidemann, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 11/07/2019, às 14:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Lopes Hott Junior, Usuário Externo**, em 11/07/2019, às 14:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Leite Valeixo, Usuário Externo**, em 11/07/2019, às 14:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 11/07/2019, às 14:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Zaca Furquim, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 11/07/2019, às 15:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Chefe da Divisão de Apoio**, em 11/07/2019, às 16:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 11/07/2019, às 18:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 11/07/2019, às 18:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 11/07/2019, às 18:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 11/07/2019, às 19:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 12/07/2019, às 10:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 12/07/2019, às 12:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 12/07/2019, às 13:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giselly Siqueira, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 12/07/2019, às 14:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RIAN GOMES CORREA, Chefe do Serviço de Apoio Técnico**, em 12/07/2019, às 19:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 15/07/2019, às 13:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Gonçalves Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 15/07/2019, às 15:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Paes Landim Plácido, Chefe da Divisão de Análise de Dados e Estatística**, em 17/07/2019, às 17:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 24/07/2019, às 09:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 26/07/2019, às 09:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario Machado Rocha, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 26/07/2019, às 09:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 26/07/2019, às 10:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 26/07/2019, às 12:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 26/07/2019, às 13:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 26/07/2019, às 18:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/07/2019, às 11:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 30/07/2019, às 11:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 30/07/2019, às 14:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a)**, em 31/07/2019, às 11:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Julieta Alida Garcia Verleun, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 31/07/2019, às 15:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.





Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON CLARK DOS SANTOS, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – Substituto(a)**, em 01/08/2019, às 14:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 01/08/2019, às 19:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto de Souza, Usuário Externo**, em 02/08/2019, às 18:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO MARCOS FURTADO, Usuário Externo**, em 06/08/2019, às 10:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 09/09/2019, às 10:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9102051** e o código CRC **BE45C925**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.